

Barragens estão perto de ter política nacional de segurança

A Política Nacional de Segurança de Barragens, que consta de projeto aprovado pela Comissão de Infra-estrutura, pode ir à

sanção presidencial. A regulamentação define responsabilidades e normas para verificação da segurança das construções. **3**

Senadores Jayme Campos, Paulo Duque e Gilberto Goellner, que foi o relator do projeto aprovado ontem por unanimidade pela CI



J. Freitas

Plenário tem 45 dias para votar criação da Petro-Sal

Enviado pelo presidente da República, pedido de urgência constitucional para o primeiro dos quatro projetos sobre a exploração do pré-sal foi lido na sessão de ontem. Nova estatal representará a União nos contratos de partilha

Começou a contar ontem o prazo de 45 dias para que o Senado vote o projeto de lei do Executivo que cria a Petro-Sal, empresa estatal que

terá a missão de representar a União nos contratos firmados em regime de partilha para exploração da camada do pré-sal. A partir de hoje, emendas poderão ser apre-

sentadas na CCJ, onde o relator é o senador Tasso Jereissati. O projeto não define o número de funcionários da nova estatal, mas governo quer uma empresa enxuta. **2**

Senadores elogiam regras anunciadas pelo TSE para as eleições de outubro **7**

Sarney não acredita que Lula se licencie para ajudar na campanha de Dilma à Presidência **2**



José Cruz

Malta (D), ao lado de José Nery: é bom o relacionamento entre Google e CPI

CPI quer dados de 1,2 mil usuários do Google que veiculam pedofilia

Requerimento encaminhado por Magno Malta, presidente da comissão, solicita à empresa o endereço lógico

dos computadores das pessoas que mantêm em suas páginas vídeos do YouTube sobre pornografia infantil. **8**

MP de ajuda a países está na pauta do Senado

Até o dia 11 de abril, Congresso precisa votar medida provisória, editada em fevereiro, doando 260 mil toneladas de alimentos para 12 países pobres ou em dificuldades, como Haiti, Timor Leste e Guatemala. **5**

Aprovado embaixador brasileiro na Mauritânia **5**



www.inventati.org / liberapalestina

Faixa de Gaza, área de frequentes conflitos entre palestinos e israelenses

CRE aprova R\$ 25 milhões para reconstrução da Faixa de Gaza **5**

Com a leitura do pedido presidencial ontem, senadores terão 45 dias para votar o primeiro dos quatro projetos sobre a camada do pré-sal

Urgência para criação da Petro-Sal chega ao Senado

DESDE ONTEM, OS senadores passaram a ter 45 dias para concluir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 309/09, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Petro-Sal. A mensagem do presidente da República que solicita urgência constitucional foi lida ontem à noite pelo senador Mão Santa (PSC-PI), que presidia a sessão plenária do Senado.

A proposição chegou à Casa em 27 de novembro do ano passado, quando foi encaminhada às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI). Agora, todas as comissões passarão a analisar o PLC simultaneamente.

Emendas poderão ser apresentadas na CCJ por cinco dias úteis a partir de hoje. O relator indicado é o senador Tasso

Jereissati (PSDB-CE).

Exploração

O projeto da Petro-Sal foi o primeiro dos quatro enviados pelo governo ao Congresso propondo mudanças na legislação do petróleo, em função das descobertas do pré-sal. Os projetos preveem que o petróleo da camada de pré-sal será explorado pelo sistema de partilha entre as companhias petrolíferas e a União, e não pelo sistema vigente de concessão.

O governo entende que, dada a previsão de altos índices de sucesso na perfuração do pré-sal, a produção deve ser dividida com a União. Pelo sistema de concessão, as empresas petrolíferas pagam para procurar petróleo em áreas licitadas

e, caso tenham sucesso, fazem pagamentos de tributos, *royalties* e “participação especial” sobre a produção.

Ligada ao Ministério de Minas e Energia, a Petro-Sal será a representante da União na produção por partilha e na venda do petróleo dessas novas áreas. O governo quer uma empresa enxuta, com pouco mais de cem funcionários, mas o projeto não define o seu número. Terá um conselho de administração e cinco diretores, todos nomeados pelo presidente da República. Durante a discussão do projeto na Câmara, deputados da oposição tentaram, sem sucesso, incluir no projeto um artigo exigindo que os nomes fossem aprovados pelo Senado.

Proposta não define número de funcionários, mas tendência é que a Petro-Sal seja uma empresa enxuta

te a discussão do projeto na Câmara, deputados da oposição tentaram, sem sucesso, incluir no projeto um artigo exigindo que os nomes fossem aprovados pelo Senado.

César Borges quer distribuição equânime



César Borges defende a redistribuição proposta pelos deputados Humberto Souto e Ibsen Pinheiro

Os recursos provenientes da exploração de petróleo da camada pré-sal devem ser distribuídos de forma equânime, defendeu ontem o senador César Borges (PR-BA). Ele obser-

vou que já está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto (PLC 309/09) que cria a Petro-Sal, para administrar os contratos do novo regime de partilha. Além disso, assinalou, foi aprovada pelos deputados na semana passada proposta (PL 5.940/09) que prevê a criação do fundo social com dinheiro do pré-sal.

– Essa é uma oportunidade rara de se fazer uma política distributiva para que os estados possam se desenvolver – afirmou, manifestando-se favoravelmente à Emenda Humberto Souto-Ibsen Pinheiro, que redistribui os

royalties do pré-sal, favorecendo os estados não produtores.

A nova distribuição dos recursos, afirmou, exclui *royalties* e participação especial destinados à União, bem como *royalties* e participação especial destinados à produção em terra. O restante seria dividido da seguinte forma: 50% para os estados, com recursos do respectivo fundo de participação (FPE), e 50% para todos os municípios, com recursos do fundo específico (FPM). Essa fórmula beneficiaria, segundo o senador, 5.562 municípios, sendo que somente 197 seriam prejudicados.

Na Bahia, 408 cidades se beneficiariam, enquanto apenas nove seriam prejudicadas, com um total de recursos da ordem de R\$ 426 milhões, a serem aplicados na melhoria das condições de vida da população, afirmou o senador.

Sarney não acredita em afastamento de Lula

O presidente do Senado, José Sarney, disse não acreditar que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se licenciaria para auxiliar na campanha da candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, conforme divulgado pela imprensa.

– Isso não existe, não tem fundamento. Se o presidente não se licenciou na candidatura dele, como vai se licenciar para a candidatura de outra pessoa? Isso é o mesmo que “cabelo em casca de ovo” – declarou Sarney, ao falar a jornalistas ontem.

A informação sobre o suposto pedido de afastamento de



“Isso não existe”, diz Sarney sobre notícia de licenciamento

Lula foi veiculada pelo jornal *O Globo*, informando que o presidente se licenciaria para ajudar na campanha de Dilma Rousseff nos meses de agosto e setembro. O vice-presidente José Alencar e o presidente da Câmara, Michel Temer, não poderiam assumir o cargo,

pois devem ser candidatos nas próximas eleições.

Na linha sucessória, com o impedimento do vice e do presidente da Câmara, caberia ao presidente do Senado assumir. Em resposta a questionamentos dos repórteres sobre essa possibilidade, Sarney afirmou:

– Quem foi presidente da República, vai lutar para ser presidente interino? – questionou Sarney.

O seguinte na linha sucessória é o presidente do Supremo Tribunal Federal, cargo atualmente ocupado pelo ministro Gilmar Mendes.



Francisco Camps, presidente da Comunidade de Valência, e Cristovam

Delegação espanhola de Valência visita o Senado

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) recebeu ontem, na sala de audiências da Presidência do Senado, uma delegação da Comunidade Valenciana, região da Espanha, em visita de cortesia ao Congresso. Cristovam levou o grupo para conhecer a Casa.

A missão – composta pelo embaixador da Espanha no Brasil, Carlos Alonso; pelo presidente da Comunidade Autônoma Valenciana, Francisco Camps; e por empresários – veio ao país com o intuito de firmar parcerias estratégicas e buscar oportunidades de negócios e associações nas áreas de saúde, indústria,

portuária e até visando às Olimpíadas de 2016, a ser realizadas no Brasil. O grupo também foi recebido no Ministério da Saúde.

A delegação já passou por São Paulo, onde visitou a Bolsa de Valores. Lá, se encontraram com integrantes da Federação das Indústrias do estado (Fiesp) e firmaram convênio entre o Porto de Santos, o maior da América Latina, e o Porto de Valência, um dos de maior movimento na Europa.

Hoje, o grupo segue para o Rio de Janeiro, onde também se encontra com representantes da Federação das Indústrias do estado (Firjan).

Correção

A edição de ontem continha três incorreções:

– o projeto que cria um cadastro único para pacientes das redes pública e privada de saúde foi aprovado na CCT, e

não na CAS (capa);

– Jânio Quadros renunciou em 1961, e não em 1962, e o Marques de Paraná foi figura do Império, e não da República (página 3).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Apenas discursos na sessão de hoje

9h A sessão plenária de hoje é não deliberativa – sem a votação de projetos – e destinada a discursos de senadores. Estão inscritos Adelmir Santana (DEM-DF), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Texto finalizado pela Comissão de Infraestrutura estabelece diretrizes de segurança, define responsabilidades e classifica as barragens conforme o risco

Política nacional para barragens pode ir à sanção

CASO NÃO HAJA recurso para exame do Plenário, vai à sanção presidencial projeto que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A proposta (PLC 168/09), apresentada pelo deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), trata das barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais.

O parecer do relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), foi aprovado por unanimidade.

O texto é composto de seis capítulos e estabelece diretrizes para a verificação da segurança de barragens, definindo as obrigações e responsabilidades dos respectivos proprietários com a construção e a manutenção, bem como um sistema de classificação de barragens segundo o risco e o dano potencial a elas associados.

Além da previsão de programas de educação e comunicação sobre segurança de barragens, o projeto também determina as atribuições do órgão fiscalizador e do empreendedor.

Para Delcídio Amaral (PT-MS), é fundamental estabelecer essa política, uma vez que o monitoramento de barragens e hidrelétricas evita desastres.

Eduardo Suplicy (PT-SP) salientou a necessidade de prevenir a perda de vidas humanas. Rosalba Ciarlini (DEM-RN), por sua vez, disse que a regulamentação vai beneficiar as pequenas barragens instaladas no Nordeste. João Ribeiro (PR-TO) destacou a importância da aprovação da proposta.

Heráclito Fortes (DEM-PI) lembrou recente rompimento da barragem de Algodões, no Piauí, com trágicas consequências para a população. Ele disse que a tragédia foi um desastre anunciado devido à falta de manutenção e cuidado por parte do poder público.

– Chegou-se inclusive a solicitar a retirada das populações que viviam à sua margem. Mas técnicos aconselharam o governador do estado a manter a população. Vivemos um desastre com cerca de dez mortes e várias famílias desabrigadas. Sobreviventes e atingidos aguardam o cumprimento de promessas feitas pelo governo para a recuperação de suas perdas – afirmou Heráclito Fortes.



Gilberto Goellner foi o relator do projeto na CI e seu parecer foi aprovado por unanimidade. Senadores enfatizaram que novas regras beneficiam pequenas barragens e podem evitar desastres e perdas de vidas



Proposta em exame é da senadora Rosalba Ciarlini (na foto, com Paulo Duque)

Adiada decisão sobre isenção de IPI para caminhão de autônomo

Pedido de vista coletiva adiou a votação de projeto que permite aos transportadores autônomos de cargas se beneficiarem de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos utilizados para transporte de mercadorias. A matéria estava na pauta da reunião de ontem da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e sua votação foi adiada para permitir consulta à Receita Federal quanto aos impactos da isenção na arrecadação tributária.

O benefício, previsto em proposta (PLS 380/09) da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), estende a isenção de IPI a caminhões, camionetas e furgões desde que utilizados para transporte de mercadorias no Brasil.

Esse tipo de isenção vigora atualmente para táxis e veículos para pessoas com defi-

ciência. O relator da matéria na comissão, Jayme Campos (DEM-MT), apresentou voto favorável com emendas de redação.

Na justificativa da proposta, Rosalba Ciarlini explica que os transportadores autônomos de cargas constituem uma categoria profissional de grande relevância estratégica para o país que merece ser apoiada na manutenção de sua atividade.

A parlamentar argumenta ainda que o preço mais baixo desses veículos estimulará a renovação da frota nacional, tornando as estradas mais seguras e o transporte mais eficiente e lucrativo.

Se aprovado na Comissão de Infraestrutura, o projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

Comissão debate uso obrigatório de GPS em ônibus interestadual

Proposta que altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar obrigatório o uso de dispositivo de rastreamento por satélite (GPS) em ônibus interestaduais, como item de segurança, será discutida em audiência pública pela Comissão de Infraestrutura (CI). Requerimento propondo o debate, apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), foi aprovado pela comissão na reunião de ontem.

O projeto (PLS 711/07), apresentado em 2007 pelo então senador Expedito Júnior, visa dar mais segurança aos passageiros em viagens interestaduais, vítimas frequentes de assaltos aos ônibus, especialmente durante as madrugadas.

A matéria constava da pauta de ontem da comissão, mas sua votação foi adiada por ter sido aprovado o requerimento para o debate.

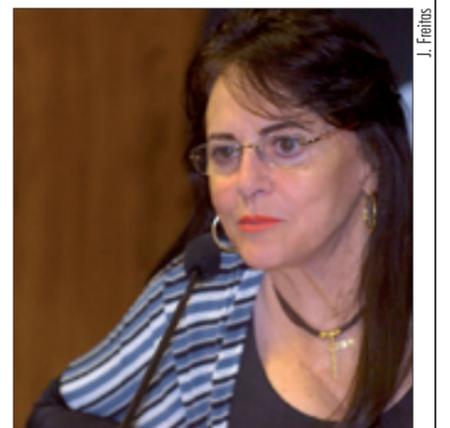
Serão convidados para a audiência pública o diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Alfredo

Peres da Silva; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo; o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), Renan Chieppe; e um representante da Associação de Usuários de Transporte Coletivo de Âmbito Nacional.

Após o debate, a proposta voltará à pauta da CI, seguindo então para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.

Na mesma reunião, Serys Slhessarenko solicitou a retirada de pauta, pelo período de uma semana, do Projeto de Lei do Senado 448/09, que torna mais rigorosas as normas a serem observadas no transporte rodoviário de cargas perigosas.

A representante de Mato Grosso é a relatora da proposta e já havia apresentado parecer favorável. O autor do projeto é o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).



Serys propôs audiência sobre projeto que visa dar mais segurança a passageiros

Senador retorna de viagem à Ásia e diz que a China pode participar do empreendimento, que ligaria o norte do Rio de Janeiro ao Acre. Ele lamentou que malha ferroviária brasileira tenha encolhido de 30 mil para 10 mil quilômetros

Raupp revela interesse chinês em financiar Ferrovia Transcontinental

RECÉM-CHEGADO DE UMA missão oficial brasileira à China, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) anunciou ontem que os chineses demonstraram grande interesse pelo projeto da Ferrovia Transcontinental, que ligaria o norte do Rio de Janeiro ao Acre, passando por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia.

Essa ferrovia, segundo Raupp, é capaz de aprimorar a logística de transporte no país, desafiando o tráfego de caminhões em muitas estradas brasileiras. Além disso, colocaria os produtos nacionais mais próximos das grandes rotas marítimas (Pacífico e Atlântico) e contribuiria para a integração sul-americana.

O interesse chinês se justifica, de acordo com o senador, pela proximidade do traçado da ferrovia com as áreas produtoras de commodities agrícolas e minério de ferro. "E a China é hoje o grande importador mundial desses produtos brasileiros", disse Raupp. Ele assinalou que o país asiático dispõe de recursos financeiros e tecnológicos mais que suficientes para realizar o projeto em associação com o Brasil.

– Havendo interesse e boa vontade de ambas as partes, creio existir possibilidades reais de um acordo em curto prazo.

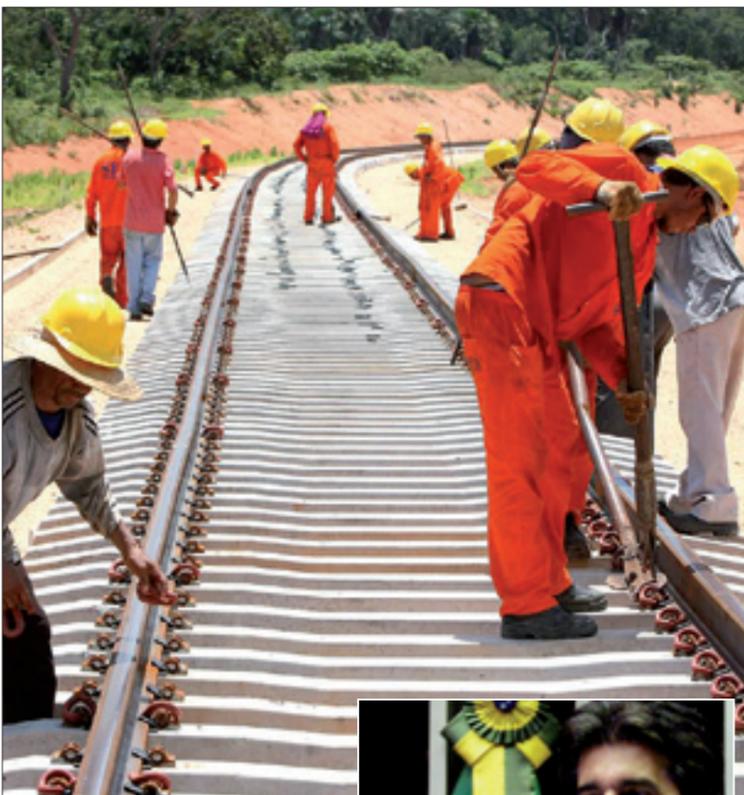
Essa é também a opinião do diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre, Bernardo Figueiredo. O projeto dessa ferrovia já está sendo executado e vejo com muito entusiasmo a concretização desse negócio entre Brasil e China ainda este ano – declarou.

Opção

Raupp disse que não há país desenvolvido que não tenha sistema ferroviário extenso e eficiente. Sobre trilhos, acrescentou, é possível deslocar enormes cargas a um custo relativamente baixo. No consumo de combustível, por exemplo, "as estradas de ferro têm o triplo da eficiência energética do transporte rodoviário".

A China, relatou o senador, está modernizando suas ferrovias e os trens de carga já andam a 200 km/h. No Brasil, cuja malha ferroviária encolheu de 30 mil quilômetros para 10 mil, os trens de carga andam a 40 km/h.

– Infelizmente, no Brasil há uma hipertrofia do sistema rodoviário, com repercussões ne-



Raupp lembra que não existe país desenvolvido sem um sistema ferroviário extenso e eficiente

gativas para o desenvolvimento de outros modais. A falta de investimentos perdurou por muitos anos, conduzindo nossa malha ferroviária à obsolescência – lamentou.



João Pedro



Waldemir Borralho

Rios ajudam a escoar a produção agrícola, diz Jayme Campos

Senador critica projeto de hidrelétricas

O senador Jayme Campos (DEM-MT) vai lutar para impedir que as novas hidrelétricas a serem construídas nos rios que cortam Mato Grosso e desembocam no sistema Teles Pires-Tapajós, programado para receber quatro usinas – ignorem a navegabilidade.

Ele alertou ontem, em discurso, que as hidrelétricas precisam declusas, de forma a não impedir a navegabilidade desses rios, fundamentais para o escoamento da produção agropecuária de Mato Grosso, do Tocantins, do Pará e do Amazonas.

Jayme Campos ponderou que o custo do transporte de Mato Grosso para o porto de Santos (SP) quase inviabiliza a produção mato-grossense, pois os grãos são transportados, por rodovias, por cerca de 1.600 quilômetros. Para ele, a construção de hidrelétricas não tem levado em consideração o potencial da navegabilidade dos rios brasileiros e há necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio.

– Precisamos de energia, mas, também, de nossos rios navegáveis – observou Jayme Campos, que vai levar o problema à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com a realização de audiências públicas.

O senador disse que a solução pode ser a construção de barragens comclusas, que mantêm a navegabilidade. Lembrou que a hidrelétrica de Itaipu foi inaugurada em 1984 semclusa e, agora, está exigindo do governo cerca de R\$ 1 bilhão para essa obra adicional.



Waldemir Borralho

Senador comemora chegada de energia elétrica em comunidades rurais do Amazonas

João Pedro exalta o Luz para Todos

O senador João Pedro (PT-AM) informou que participará amanhã da inauguração de obras de eletrificação que atendem comunidades rurais da região do município de Parintins (AM), mais especificamente nas redondezas da Vila Amazônia. Também participarão da inauguração diretores da empresa Amazonas Energia e executores do projeto Luz para Todos, do governo federal, informou.

Naquela região, disse João Pedro, já são 1.622 domicílios que receberam luz elétrica graças ao projeto, com investimentos de cerca de R\$ 5,5 milhões. O Luz para Todos, na

opinião do senador, "é um dos mais importantes programas sociais dos últimos anos".

– Parece muito pouco para nós, que nascemos e vivemos nos médios e grandes centros urbanos, nas grandes capitais brasileiras. Mas o Luz para Todos na zona rural, e principalmente na Amazônia, resgata a dignidade das famílias – afirmou.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) também registrou seu contentamento em saber que várias vilas e comunidades ribeirinhas estão recebendo energia elétrica nos últimos anos.

Neuto de Conto cobra política urbana responsável

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) afirmou que as grandes perdas humanas e materiais em consequência de intempéries devem-se tanto à imprevidência das pessoas que constroem em áreas de risco quanto à negligência dos governos que permitem e até autorizam que bairros inteiros sejam construídos em áreas impróprias para edificações. Ele assinalou que, embora a tecnologia possa prever as intempéries, é impotente para controlá-las.

Neuto de Conto defendeu a utilização do conhecimento científico no desenvolvimento de tecnologias urbanas menos agressivas ao ambiente, como técnicas de pavimentação que não tornem impermeáveis as áreas urbanas, galerias pluviais de maior capacidade de vazão e "piscinões" com maior capacidade de retenção de água pluvial. Além disso, ressaltou, as políticas urbanas precisam proibir rigorosamente a construção em áreas de encostas íngremes ou nas várzeas dos rios.



Catástrofes causadas por chuvas têm responsáveis, diz Neuto

Waldemir Borralho

Suplicy reverencia José Mindlin e pede envio de novo voto de pesar

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) exaltou, na quarta-feira, a memória do bibliófilo José Mindlin, falecido no domingo. Suplicy, que se disse amigo e admirador de Mindlin, apresentou novo voto de pesar no Senado, que será enviado à sua família.

Suplicy lembrou os principais fatos da vida de Mindlin, também advogado, empresário, jornalista, ex-secretário da Cultura de São Paulo e membro das academias Paulista e Brasileira de Letras. De acordo com o parlamentar, Mindlin começou

a formar sua biblioteca aos 13 anos de idade e reuniu 40 mil obras de literatura brasileira e portuguesa, além de relatos de viajantes, manuscritos históricos e literários, originais e provas tipográficas, periódicos, livros científicos e didáticos, icono-

grafias etc.

– A Biblioteca Brasileira é considerada a mais importante coleção do gênero no Brasil formada por um particular – afirmou Eduardo Suplicy, lembrando que José Mindlin e a esposa, Guida, doaram o

acervo para a Universidade de São Paulo (USP).

Entre as raridades da coleção, estão a primeira edição de *Os Lusíadas*, de 1572, e os originais de *Sagarana*, de Guimarães Rosa, corrigidos a mão pelo autor.

Governo federal quer contribuir para a recuperação do território, que há um ano foi palco de combates entre as tropas de Israel e o grupo Hamas. Segundo a ONU, serão necessários US\$ 613 milhões para reconstruir a área

Brasil poderá doar R\$ 25 milhões para ajudar a reconstruir a Faixa de Gaza

O BRASIL PODERÁ doar até R\$ 25 milhões à Autoridade Nacional Palestina, como apoio à reconstrução da Faixa de Gaza, duramente atingida, em janeiro de 2009, por conflitos entre tropas de Israel e o grupo Hamas. A autorização está contida no Projeto de Lei da Câmara 312/09, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A proposta, que ainda será analisada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), teve como relator na CRE o senador João Pedro (PT-AM).

Em seu voto favorável, ele observa que o conflito entre palestinos e israelenses em Gaza, “para além da dimensão geopolítica”, tem um evidente desdobramento humanitário.

– O rescaldo do embate armado representa sofrimento indizível para significativa parcela da população civil, vítima de atrocidades perpetradas de lado a lado – afirmou João Pedro.

O conflito em Gaza causou a morte de cerca de 1.300 pa-



Estragos causados em bairro palestino de Gaza, durante o conflito envolvendo Israel e a facção armada do Hamas

lestinos e 13 israelenses. Ainda em janeiro do ano passado, o governo brasileiro doou 14 toneladas de alimentos para a população de Gaza. Mas serão necessários US\$ 613 milhões para solucionar os problemas

mais urgentes da região, de acordo com números da Organização das Nações Unidas (ONU) mencionados na exposição de motivos.

Durante a discussão do projeto, o senador Roberto Caval-

canti (PRB-PB) disse que não votaria contra a doação. Mas alertou o governo sobre os perigos de dívidas e doações.

– Não nos deixemos iludir pela fantasia de que já estamos ricos – observou.

MP prevê doações para 12 países em dificuldades

A medida provisória (MP 481/10) que autoriza o governo brasileiro a doar até 260 mil toneladas de alimentos a 12 países pobres ou que enfrentam catástrofes naturais ou sociais chegou ao Congresso no dia 11 de fevereiro. A MP, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, beneficia Haiti, El Salvador, Guatemala, Bolívia, Zimbábue, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e os Territórios Ocupados da Palestina.

A MP deverá ser votada pela Câmara e pelo Senado até o dia 11 de abril. A partir daí, passará a trancar a pauta de votações das duas Casas do Congresso.

Serão doadas até 100 mil toneladas de feijão; 100 mil de milho (ou equivalente industrializado, como fubá); 50 mil de arroz; e até 10 mil toneladas de leite em pó.

Os alimentos sairão dos estoques da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – órgão governamental que faz compras de alimentos e que executa a política de preços mínimos – e enviados por navio.

Três acordos internacionais vão ao Plenário

A CRE aprovou também três projetos de decreto legislativo (PDSs) relativos a acordos internacionais firmados pelo Brasil. Todos eles ainda serão examinados pelo Plenário.

O PDS 819/09, cujo relator foi o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), aprova os textos da Convenção 151 e da Recomendação 159, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As decisões da OIT estabelecem garantias às organizações de trabalhadores da administração pública e parâmetros para a fixação e a negociação das condições de trabalho, a solução de conflitos e o exercício de direitos civis e políticos.

O PDS 840/09, por sua vez, foi relatado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Brasil e a Venezuela para Combater o Tráfego Aéreo de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em 2005. O acordo prevê intercâmbio de informações de caráter estratégico e operacional, além de mútua assistência técnica.

Já o PDS 846/09 teve como relator o senador Fernando Collor (PTB-AL) e aprova o texto de acordo tripartite de cooperação em turismo firmado pelos países que compõem o chamado grupo Ibas, formado pela Índia, Brasil e África do Sul.



Relator do projeto, o senador João Pedro (E) lembrou sofrimento que conflito causou à população civil da Faixa de Gaza



Comissão aprova primeiro embaixador brasileiro na Mauritânia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável à mensagem presidencial que indica o ministro de segunda classe Flávio Hugo Lima Rocha Júnior como primeiro embaixador brasileiro na Mauritânia. A mensagem ainda será examinada pelo Plenário.

Em sua exposição aos senadores, Rocha Júnior lembrou que o atual presidente da Mauritânia, Mohamed Ould Abdel Aziz, foi eleito em agosto de 2009 com 52% dos votos, em eleições consideradas “limpas e regulares” pela comunidade internacional. A eleição, como recordou o embaixador indicado, ocorreu após um período de forte instabilidade política, que contou com dois golpes militares, em 2005 e 2008.

– A abertura da embaixada residente ocorrerá em um momento rico na vida política do país – avaliou o diplomata.

Segundo Rocha Júnior, a Mauritânia pode ser considerada um importante posto de observação política, tanto pelos conflitos regionais no noroeste da África

quanto pela movimentação de grupos terroristas naquela região. Ele informou que pretende promover a presença de empresas brasileiras na Mauritânia e recordou que a construtora Mendes Júnior foi a responsável pela construção da Estrada da Esperança, um importante eixo

rodoviário daquele país, no final da década de 1970.

Outra prioridade do embaixador, segundo anunciou, será a promoção da cooperação técnica e educacional, incluindo a concessão de bolsas de estudo para estudantes da Mauritânia.



O indicado Flávio Rocha Júnior em sessão da CRE presidida por Mesquita Júnior (D)

Proposta vincula verbas da União, estados e municípios, durante cinco anos, a ações de segurança pública. Medida seria um grande golpe contra criminalidade, diz senador

Renan defende PEC que prevê recursos para segurança

RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) defendeu a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 60/05 na ordem do dia para que seja votada pelo Plenário do Senado. O parlamentar lembrou que a matéria, apresentada por ele, prevê a vinculação de recursos da União, estados e municípios – durante cinco anos – a ações de segurança pública.

– Seria um grande golpe contra a criminalidade, que contribuiria para reduzir a violência no país – declarou.

Renan disse que a PEC, se aprovada, garantirá ao setor mais de R\$ 1 bilhão a cada ano. Tais recursos, observou, seriam utilizados na compra de equipamentos, no treinamento de policiais, no aumento de efetivos, na reforma e na construção de presídios e em investimentos na



Se aprovada, PEC garantirá ao setor mais de R\$ 1 bilhão ao ano, informa Renan

inteligência policial preventiva, entre outros itens.

– Isso sai mais barato do que os 5% do produto interno bruto (PIB) que estamos queimando equivocadamente nessa escala de violência – argumentou.

Ao fazer essa afirmação, o senador por Alagoas se referia à informação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de que “o custo da violência” no país, nos últimos anos, foi de 5% do PIB.

Sadi Cassol quer respeito a pisos salariais

O senador Sadi Cassol (PT-TO) anunciou ontem que irá apresentar proposta de emenda à Constituição (PEC) para obrigar os editais de concursos públicos a observarem o piso

salarial nacional das categorias profissionais.

A medida, segundo ele, vai superar uma “injustiça inaceitável”, que atinge muitos profissionais que contam com regula-

mentação definida em lei.

– Não é justo que haja um decréscimo na remuneração desses profissionais simplesmente porque eles resolveram seguir o serviço público – afirmou.

Debate sobre política de cotas no STF é histórico, afirma Paim

Autor do Estatuto da Igualdade Racial, em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que é histórico o debate que o Supremo Tribunal Federal (STF) promove sobre as cotas raciais ou reserva de vagas nas universidades públicas para negros. Ele afirmou sua certeza de que o Supremo vai “ouvir o clamor das ruas”, já que mais de cem universidades do país, além de empresas de diversos setores, já vêm adotando há tempos o sistema de cotas.

– Ao discutir esse tema, o Supremo desmistifica a ideia de que as ações afirmativas são contra alguém. Ontem [quarta-feira], parecia que voltávamos ao fim do século 19, à luta pelo fim da escravidão. Quase podia ouvir Castro Alves declamar seus poemas. Tenho certeza de que o Supremo vai acompanhar o rufar



Paulo Paim acredita que o Supremo vai ser sensível à opinião popular

dos tambores nas ruas.

Paim, que participou da audiência no STF na tarde da quarta, criticou a fala do senador Demostenes Torres (DEM-GO), na mesma ocasião. Para argumentar contra as cotas, Demostenes teria apresentado a mistura de raças como algo mais consensual que violento e apontado o tráfico de negros como um negócio lucrativo para a África.

Duque diz que nenhum político carioca chegou à Presidência

Paulo Duque (PMDB-RJ) lamentou ontem que nenhum político que tenha feito carreira na cidade do Rio de Janeiro tenha chegado à Presidência da República. Em um discurso que ele prometeu continuar nesta sexta-feira, Duque enumerou todos os presidentes entre a proclamação da República (1889) e a posse do general Eurico Gaspar Dutra (1946).

O senador disse que o Rio se encontra na companhia dos estados do Amazonas e do Pará. Pela ordem, vieram dois alagoanos (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto), três paulistas (Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves) e um mineiro (Affonso Penna), substituído pelo fluminense Nilo Peçanha, de Campos, que cumpriu os nove meses restantes.

Depois vieram o gaúcho Hermes da Fonseca, os mineiros Venceslau

Heráclito presta homenagem ao padre Pedro Balzi

Heráclito Fortes (DEM-PI) homenageou ontem o padre italiano Pedro Balzi, de Teresina (PI), morto há cinco meses, que desenvolveu um trabalho para a recuperação de drogados e com a comunidade carente da Igreja Nossa Senhora da Paz.

– Acompanhei sua luta, seu discernimento e seu espírito de bondade. Um religioso que deixou obra extraordinária na paróquia Vila da Paz.

Depois de informar que será celebrada hoje em Teresina uma missa em memória do sacerdote, Heráclito Fortes disse que o padre Daniel Nascimento Rodrigues, nomeado pelo arcebispo dom Sérgio Rocha, deverá dar continuidade ao Projeto Esperança, de adoção a distância de crianças da comunidade.



Heráclito elogia obra desenvolvida em Teresina pelo sacerdote italiano

Flávio Arns pede revisão de pena dada ao Coritiba

Flávio Arns (PSDB-PR) apelou ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) para que, “dentro de sua autoridade, sensibilidade e aplicação da lei”, reveja a punição imposta ao Coritiba Futebol Clube, condenado pela perda de mando de campo em 30 partidas na série B do Campeonato Brasileiro.

O senador disse que não vê culpa na equipe do Coritiba, que, segundo ele, cumpriu todas as regras de segurança, de acordo com o manual da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em termos de acesso de torcedores.

Arns afirmou lamentar as cenas de violências, mas observou que o clube tomou todas as providências, dentro do que a legislação determina e, por isso, considerou drástica a punição imposta.



Clube de futebol cumpriu todas as regras de segurança, frisa Flávio Arns

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Jayme Campos • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mão Santa lamenta problemas do Piauí e culpa administração do PT

Mão Santa (PSC-PI) disse que, embora o Piauí tenha “uma natureza muito boa”, sem terremotos e outras tragédias naturais, não se livrou de ter uma administração petista.

– Nunca vi tanta mentira, corrupção e incompetência – afirmou.

O senador referiu-se a notícia publicada no jornal *O Dia*, segundo a qual o Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí (Iapep) tem um

rombo de R\$ 1 bilhão. A informação foi atribuída pelo jornal ao ministro da Previdência, José Pimentel, em declaração feita durante visita à capital piauiense.

De acordo com o jornal, o prejuízo é causado por beneficiários que não contribuem.

O ministro teria afirmado também que a saúde financeira do regime previdenciário do Piauí apresentou uma piora nos últimos dois anos. Segundo Mão Santa, o ministro disse que serão necessárias de três a quatro décadas para equilibrar a previdência do governo do estado do Piauí.

Mão Santa atribui os males de seu estado à gestão do governador Wellington Dias



Waldemir Barreto

Críticas ao governo estadual são reiteradas pelo senador

Mão Santa voltou a criticar ontem o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Piauí e disse que a administração local está baseada no tripé “mentira, corrupção e incompetência”.

– No início do governo, ele [o governador Wellington Dias] anunciou que iria fazer cinco hidrelétricas no rio Par-

naíba. Tudo mentira, não fez nenhuma – criticou.

Mão Santa afirmou também que o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião recente com o seu ministério, reconheceu que Wellington Dias não fez obras no Piauí, mas se apropriou de obras do governo federal no estado.

Geovani Borges quer extinguir exame da OAB

Geovani Borges (PMDB-AP) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 1/10) que elimina a necessidade de aprovação em exames complementares – como o da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – para que formados em nível superior possam exercer a profissão.

– Não há razões para que existam, após a obtenção dos diplomas, novos critérios de aferição de capacidade profissional. Não se pode admitir que outras instituições tomem para si as funções do Estado e criem processos de exclusão do exercício profissional – disse o parlamentar.

Bancada consegue mais verbas para a Unifap, que faz 20 anos

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou ontem o aniversário de 20 anos de criação da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

O senador destacou o papel fundamental da bancada federal do Amapá, no Congresso Nacional, na destinação de verbas para a universidade. Em 2008, a instituição de ensino recebeu, segundo informou, R\$ 13 milhões; em 2009, mais de R\$ 24 milhões; e para 2010

há previsão de que as verbas ultrapassem R\$ 40 milhões.

– Quiçá eu tenha a felicidade de viver e o prazer de dividir com os meus nobres pares a renovada alegria de ver florescer o talento de inúmeros jovens que todos os anos cumprem o rito mágico de realizar um sonho e ganhar o passaporte para o ingresso no admirável mundo do mercado de trabalho – assinalou o senador.

Geovani Borges agradeceu ainda ao ex-senador goiano Benedito Ferreira e ao senador Marco Maciel (DEM-PE) pelas contribuições prestadas em favor da criação da Unifap.

Geovani informa que verbas para universidade podem passar de R\$ 40 mi em 2010



Waldemir Barreto

Senador lembra que tentou aprovar, no ano passado, o fim das doações ocultas e a exigência de que candidatos informem, antes do pleito, de quem receberam dinheiro

Suplicy elogia regras do TSE para as eleições de outubro

AO ELOGIAR AS regras aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições de 2010, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou, na noite de terça-feira, que ele próprio apresentou duas emendas inserindo dispositivos na Lei Eleitoral. Uma obrigava os partidos políticos, coligações e candidatos a divulgarem, nos dias 6 e 30 de setembro, relatório detalhando os recursos arrecadados para a campanha. A outra acabava com as “doações ocultas”, ao exigir a revelação dos doadores originais dos recursos recebidos.

– A aprovação dessas emendas significaria que teríamos a transparência antes da realização das eleições no que diz respeito à forma de contribuição para cada partido e candidato. Porém, infelizmente elas não foram aprovadas. Mas o clamor popular por maior transparência foi tão grande, inclusive à luz dos episódios ocorridos no Distrito Federal, que o TSE resolveu tomar essas medidas, que são muito positivas – afirmou Suplicy.

O senador destacou que a imprensa também apoiou a iniciativa do TSE. Ele leu matérias defendendo a adoção de medidas como a que obriga os candidatos a enumerar os processos judiciais



Gerardo Magela

Para Suplicy, TSE atendeu ao “clamor popular” por regras mais moralizadoras

aos quais respondem e apresentar certidão criminal digitalizada. Um dos textos foi o editorial de *O Estado de S. Paulo* intitulado “O esforço moralizador do TSE”. De *O Globo*, Suplicy leu o artigo de opinião intitulado “Obra aberta”.

Da *Folha de S. Paulo*, Suplicy leu artigo de Jânio de Freitas, “A ficha ao seu alcance” e o editorial “Boas normas”. O jornal saudou a tentativa de cercear as “doações ocultas” e a obrigatoriedade de os partidos indicarem a origem e o destino das contribuições.

Outro documento que o senador leu da tribuna foi carta que ele entregou ao presidente do diretório estadual do PT em São

Paulo, Edinho Silva, apresentando-se como pré-candidato a governador. Junto com o texto seguiram listas contendo assinaturas de pelo menos 3 mil filiados do PT apoiando Suplicy.

O senador José Nery (PSOL-PA) disse que, apesar de o seu partido ter candidato a governador em São Paulo, considera que a candidatura de Suplicy engrandecerá o pleito. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) cumprimentou o senador paulista pela disposição de disputar prévias. Feliz com as medidas do TSE, Cristovam disse que também estava triste pelo fato de o Congresso não ter aprovado antes as diretrizes para as próximas eleições.

Sadi Cassol também cumprimenta tribunal

As novas regras para as eleições, contidas em sete resoluções aprovadas esta semana pelo Tribunal Superior Eleitoral, foram elogiadas ontem pelo senador Sadi Cassol (PT-TO). Apesar disso, na avaliação dele, o CPF dos candidatos também deveria ficar à disposição do eleitor, “para saber que tipo de processo e quais são os processos a que os candidatos respondem”.

– Mais um pouquinho, a gente vai apertando, vai limpando um pouco esses candidatos que, muitas e muitas vezes, se elegem não pelo trabalho, mas porque têm recursos que quase sempre são escusos, advindos de negociatas – afirmou.

O senador também registrou seu agradecimento ao ministro de Minas e Energia, o senador licenciado Edison Lobão, por tê-lo convidado a visitar as obras da Usina de Estreito. O ministro decidiu visitar a obra – umas das maiores em andamento no Brasil, enfatizou – depois que Sadi Cassol levou a ele reivindicações dos atingidos pelos impactos causados pela usina em seu estado. A direção da empresa que coordena a obra comprometeu-se a discutir as solicitações, informou o senador.



Gerardo Magela

Cassol comenta que TSE poderia ter sido ainda mais rígido

Tribunal divulga candidatos processados, saúda Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) cumprimentou os ministros do Tribunal Superior Eleitoral por terem decidido colocar na internet os nomes de todos os candidatos que respondem a processos judiciais. Para ele, a decisão “não radicaliza, como queriam alguns”, mas dá oportunidade ao eleitor “de saber em quem está votando”.

Virgílio registrou também levantamento mostrando que o governo de São Paulo investiu R\$ 18,5 bilhões em saneamento em 2009, enquanto o governo federal aplicou no mesmo período cerca da metade deste valor – R\$ 9,9 bilhões. Ele ainda lamentou, baseado em discurso do deputado federal José Aníbal (PSDB-SP), que o governo Lula só tenha gasto nos últimos três anos 20% dos recursos destinados a saneamento básico previstos no Programa de Aceleração do Crescimento.

O senador voltou a pedir que a Polícia Federal esclareça o atentado que a Rádio Nova Coari FM, de Coari (AM), sofreu há um mês, quando bandidos encapuzados incendiaram suas instalações. Ele já havia pedido à Mesa do Senado que fizesse comunicação ao ministro da Justiça sobre o caso e, agora, decidiu anexar ao pedido fotografias das instalações incendiadas.



Gerardo Magela

Eleitor saberá em quem está votando, frisa Arthur Virgílio

Requerimento enviado pela comissão que investiga exploração de menores dá prazo de cinco dias para que empresa forneça o endereço lógico do computador das pessoas que mantêm em suas páginas vídeos do YouTube sobre pornografia infantil

CPI pede à empresa Google os dados de 1,2 mil usuários que veiculam pedofilia

A CPI DA Pedofilia vai requerer do Google, empresa responsável pelo site de relacionamentos Orkut, que repasse o IP (endereço lógico do computador) de cerca de 1,2 mil usuários que mantêm em suas páginas pessoais vídeos ativos do YouTube sobre pornografia infantil. De posse desses dados, segundo explicou o presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES), será possível realizar a quebra de sigilo e identificar esses internautas.

– O Brasil foi o primeiro país a quebrar o sigilo na internet. A partir da assinatura do termo de ajuste de conduta [cerca de um ano atrás], começaram a ser criadas ferramentas para impedir a veiculação de material sobre pedofilia. É preciso que a Google, se ainda não concluiu, acelere esse processo – disse Malta, considerando “bom” o relacionamento entre a empresa e a CPI no que diz respeito à quebra de sigilo telemático de envolvidos com pornografia infantil.

Na próxima terça-feira, a comissão deverá decidir sobre o comparecimento do representante da Google no Brasil ao Senado. Passado um ano e dois meses da assinatura do termo de ajuste de conduta pela empresa, os senadores querem saber quais ferramentas já foram ativadas para bloquear a veiculação de fotos e vídeos de conotação sexual com

Termo de ajuste de conduta

Segundo Magno Malta (D), a partir da assinatura de termo de conduta entre a CPI e a empresa Google, em julho de 2008, começaram a ser criadas ferramentas para impedir a veiculação de material sobre pedofilia

Foto: Márcio Kalume

Fonte: CPI da Pedofilia

menores, no Orkut e no YouTube. De acordo com Magno Malta, o material disponibilizado por esses 1,2 mil usuários acusados de pedofilia ainda está acessível.

O requerimento encaminhado à Google pelo presidente da CPI da Pedofilia dá à empresa cinco dias para a transferência do sigilo telemático dos dados, das fotos e das imagens exibidos nas páginas desses internautas. Essa lista foi elaborada pelo Grupo de

Combate a Crimes Cibernéticos da Procuradoria da República no Estado de São Paulo e se refere a perfis criados no Orkut vinculados à pornografia infantil. Conforme ressaltou Malta na justificativa do requerimento, a quebra do sigilo telemático desses endereços eletrônicos, com a respectiva identificação do perfil do usuário, “é o único meio para a investigação do cometimento do referido crime”.

As informações solicitadas ao

Google pela comissão deverão ser enviadas em meio eletrônico e incluir arquivos com conteúdo de texto, fotos do perfil, recados, álbum e respectivas fotos, depoimentos, listas e mensagens vinculados a cada perfil denunciado; dados sobre o status de cada perfil; logs em formato de texto, contendo data, hora e IP de todas as operações realizadas pelos usuários mantenedores dos referidos perfis.

Nery pede convocação coercitiva de três acusados de pedofilia no Pará

O senador José Nery (PSOL-PA) pediu ontem que a CPI da Pedofilia convoque a depor, de forma coercitiva, três acusados de exploração sexual de menores no Pará. Ele informou que dois dos denunciados – o dono de garimpo Irajá Fonseca de Oliveira e o promotor de eventos Carlos Roberto da Silva, conhecido como “Batgirl” – teriam cometido esses crimes no município de Itaituba, enquanto o terceiro, o médico e ex-vereador Renato Martins, seria suspeito de envolvimento numa rede de exploração sexual de adolescentes em Altamira.

A CPI da Pedofilia recolheu depoimentos no Pará em setembro de 2009, mas, de acordo com José Nery, os três acusados se recusaram a comparecer. Em relação a Irajá Fonseca, denunciado por abusar sexualmente da neta e de mais 34 crianças, o senador lamenta que continue em liberdade. Já o médico Renato Martins, que hoje mora em Brasília, teria ido com a mulher à comissão apresentar uma série de motivos para não ser convocado a depor.

– A presença deles na CPI significaria uma esperança de que

algo vai ser feito – afirmou.

José Nery sugeriu ainda uma nova visita da comissão ao estado, não só para trabalho investigativo, mas também para orientação aos vários segmentos que atuam na repressão à pedofilia. Segundo adiantou, o reitor da Universidade Federal do Pará, Carlos Maneschy, já teria sido contatado para a realização de um seminário sobre o tema. O presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), concordou com a proposta e se comprometeu a incluir o evento na agenda da comissão.



José Nery diz que, em setembro de 2009, denunciados não compareceram à CPI

Comissão ouve acusado de molestar menor no Rio

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia convocará, para depor na próxima quinta-feira, o funcionário do Clube de Regatas do Flamengo Flávio Pereira, acusado de crimes de pedofilia. Também deverá comparecer o delegado titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima (DCPAV), Luiz Henrique Marques, encarregado de investigar o caso.

Na próxima quarta-feira, a CPI, presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES), ouvirá os envolvidos em crime de abuso de uma criança de quatro anos, ocorrido na cidade de Paulo Afonso (BA). Foram convidados a depor a delegada titular da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DAM) da Bahia, Mirela Santana Matos; a mãe da criança, Rosângela Paiva Matias Barbosa; e os acusados do crime, Jesualdo Fernandes Costa Filho e Maria de Fátima.

A CPI da Pedofilia também aprovou requerimento para convidar o presidente da Sociedade Brasileira de Terapia Intensiva, Douglas Ferrari Carneiro, a depor na comissão. Ele teria denúncias a fazer, mas seu depoimento ainda não foi marcado.



Dezenas de famílias brasileiras estão interessadas em adotar crianças haitianas órfãs após terremoto, informa Magno Malta

Malta propõe que Senado discuta adoção de crianças haitianas

Magno Malta (PR-ES) informou que o Senado irá discutir, com um representante do Haiti no Brasil, a adoção de crianças haitianas que ficaram órfãs após o terremoto. Para isso, ele apresentou requerimento à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Segundo o senador, existem dezenas de famílias brasileiras interessadas na adoção.

Malta ainda propôs aos senadores que formem uma frente contra o Plano Nacional de Direitos Humanos – fase 3 (PNDH-3)

até que o governo abandone a proposta de descriminalizar o aborto no país. Ele cumprimentou ainda o papa Bento XVI por sua luta contra o aborto.

O senador também leu notícia da revista *IstoÉ Dinheiro* que fala da possível construção de um novo aeroporto para atender ao Espírito Santo, pois as obras de ampliação do Aeroporto de Vitória estão paralisadas há anos, após a descoberta de irregularidades. O novo aeroporto deve se localizar no município de Vila Velha.